

O risco de falar economês

Economia-Brasil

Houve tempo — e eu o vivi bem! — em que se podia dizer *politique d'abord*. A política em primeiro lugar. Depois, a política acabou, na medida em que as oposições ao primeiro governo militar eram presididas por alguém que para lá fora a pedido do marechal-presidente, e os Atos Institucionais pouco a pouco secaram a vontade política dos que não queriam saber da guerrilha ou do terrorismo urbano. Então, os economistas formaram na primeira fila. A inflação, 130% ao ano!, atormentava todos nós. Adhemar de Barros, emitindo títulos do Tesouro Estadual para efetuar pagamentos, foi cassado (*imaginem se hoje houvesse Castello Branco e ele soubesse dos precatórios...*). Bulhões e Campos comandavam o espetáculo. Depois, foi Delfim. Nós, lentamente, passamos a considerar a política uma atividade menor. Depois do AI-5, então, nem se fala. Lembro-me de que colegas chegaram a minha mesa e protestaram contra futuras coberturas do Congresso, que era de pouca valia diante do poder total do Ato. Passamos a cuidar da economia. Primeiro, eram apostas sobre de quanto seria a inflação no ano. Depois, julgamos que o que interessaria seria calcular quanto seria no mês. Em seguida, passamos a acompanhar o valor do dólar no paralelo, dia a dia. Os economistas, esses eram os senhores a quem acorriam os desejos de saber as últimas para fazer seus planos nas empresas. Os analistas políticos, coitados! Como os políticos, ninguém queria saber deles — exceto, evidentemente, os que se interessavam por informações e não por conjecturas.

Por que esse mergulho no passado? Por uma razão simples: como a economia comanda tudo — afora a possibilidade constitucional de o presidente da República, os governadores e os prefeitos poderem se candidatar estando no cargo —, a questão da inadimplência, dos cheques pré-datados, do tíquete-refeição é tratada em economês. É apresentada como fato econômico: prejuízos de tanto, calotes não se sabe de que valor, empresários acusando empresários de pôr o dinheiro dos tíquetes

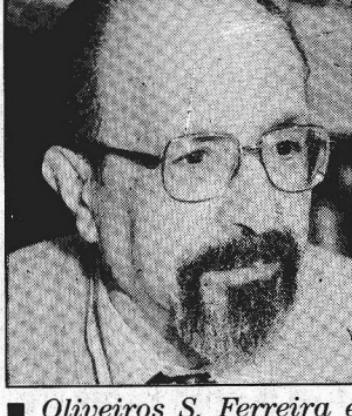
no bolso e não pagar quem recebeu o papelzinho. Tudo é economia. Ninguém percebe que razão tinha Delfim, que dizia, quando ministro da Agricultura, comentando os esforços que um ministro da Economia da Argentina fazia para combater a inflação: “Inflação é como comprar no crediário. Deve-se pagar até a 24^a prestação. Não pagou a 23^a, vem o lojista e tira a geladeira.”

A inadimplência não é um fato econômico. Pode ser um *fenômeno* que preocupa os economistas, que continuam com grande prestígio. Mas fato não é; é um fato social. Da mesma maneira que o cheque pré-datado, que, sem que ninguém queira, se transforma em voador. Razão tem o feirante, formado em administração de empresas, que se pergunta onde vamos parar, todo mundo tendo três televisões em

casa, enchendo o tanque de gasolina a 60 ou 90 dias, comprando comida a 45 ou 60 dias (todas as semanas, diga-se de passagem). Um dia, quando o cavalheiro não pagar a 22^a prestação da televisão, o lojista vem e tira — fica com a televisão, que venderá como usada, de novo a prestação, além dos juros que cobrou, vendendo que não seria paga a 18^a prestação. Os cheques-voadores terão como consequência que as contas serão fechadas por ordem do Banco Central (*muy atento*

no controle das contas sem fundo, mas incapaz de controlar os Tesouros Estaduais, que Castello controlava).

Que fará o cavalheiro sem televisão, sem talão de cheque, nome marcado no Serviço de Proteção ao Crédito, se for de classe média, incapaz de pagar o vermelhão do cheque especial? Tomará um porre, porque não quer fazer o que cantava o vate, que dizia que “até morreu por ter pescoço/ o inventor da guilhotina de Paris”. Depois, chegando em casa, dará um tabefe na esposa amantíssima que esquentou a sopa de pedras — bateu, porque a sopa era de pedras. Em seguida... Que fará em seguida? Não ele, mas os milhares como ele? Talvez, então, ele e seus anônimos *damnés de la terre* resolvam voltar a pensar: “A política em primeiro lugar.” Nesse dia, quero estar longe...



■ Oliveira S. Ferreira é diretor do "Estado"

Inadimplência pode ser um fenômeno, mas não é um fato econômico. É fato social e político